

A confiança como figura epistemológica da comunicação

Trust as an epistemological figure of communication

Ramon Bezerra Costa

ramonbzc@gmail.com

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

A partir do entendimento de que o objeto de estudo da comunicação seriam os processos de vinculação social, este artigo propõe a hipótese da confiança como uma figura epistemológica da comunicação. A hipótese é motivada pela percepção de que a confiança parece funcionar como uma reguladora dos processos de vinculação social. Inicialmente, apresenta-se a comunicação enquanto processo de vinculação social. Em seguida, reflete-se sobre a confiança como uma dimensão fundamental das relações sociais. Após isso é formulada a hipótese da confiança como figura epistemológica da comunicação.

Palavras-chave: comunicação, vinculação social, confiança.

Abstract

Starting from the understanding that the object of communication studies are the social bonding processes, this paper proposes the hypothesis of trust as an epistemological figure of communication. The hypothesis is motivated by the perception that trust seems to function as a regulator of the social bonding processes. Initially it presents communication as a social bonding process. Then, it reflects on trust as a fundamental dimension of social relationships. Finally it formulates the hypothesis of trust as an epistemological figure of communication.

Keywords: communication, social bonding, trust.

Introdução

A confiança é uma dimensão fundamental e sempre presente nos processos sociais, conforme sugere Georg Simmel (2004). Apesar disso, talvez não tenha recebido a devida atenção no campo dos estudos da comunicação. A proposta deste estudo é, a partir de revisão bibliográfica, refletir sobre de que maneira a confiança pode funcionar como uma figura epistemológica da comunicação.

Essa ideia surgiu durante uma pesquisa sobre práticas econômicas baseadas na cooperação entre desconhecidos visando ao acesso a bens e serviços (Costa, 2017), na qual observei pessoas viajando de carona com estranhos, em detrimento do ônibus; hospedando pessoas que nunca viram em suas residências, juntamente com sua família, muitas vezes composta também por crianças; jantando na residência de desconhecidos em vez de em um restaurante, entre diversas outras relações. Ao estudar essas dinâmicas, tratei-as como processos comunicacionais e

pude perceber como a confiança era construída a partir de estratégias diferentes das convencionais, por exemplo: em vez de confiar em uma empresa hoteleira que está há mais de 50 anos no mercado, confia-se em uma pessoa que nunca se viu a partir, sobretudo, do que outros desconhecidos disseram e que está registrado em uma plataformas online, construindo a reputação do anfitrião¹.

Essa mudança na forma de construir a confiança parecia influenciar diretamente a natureza dos processos comunicacionais, aqui entendidos como dinâmicas relacionais voltadas para a produção de sentido no ambiente social e para a constituição de sujeitos, conforme veremos. Por isso, decidi refletir sobre a relação entre confiança e comunicação. Após essas reflexões, percebi que a confiança é uma construção que resulta da administração

¹ Essas experiências não serão analisadas neste artigo, que tem como foco a análise do papel da confiança nos processos de vinculação social por meio de revisão bibliográfica. Indico essas questões apenas para situar de que maneira surgiu o interesse em discutir a hipótese proposta neste estudo.

dos riscos e existem diferentes processos para construí-la. Diante disso, é possível acreditar que diferentes formas de construir a confiança podem estruturar distintas experiências de comunicação. A confiança parece funcionar, assim, como uma espécie de reguladora dos processos comunicacionais.

Conforme veremos, a confiança não pode ser pensada como algo pronto e acabado que se tem ou não; trata-se, na verdade, de uma experiência social que pode ser construída de diferentes formas. Assim, este artigo discute um lugar para o fenômeno da confiança dentro dos estudos da comunicação.

Diante do exposto, inicialmente apresento a compreensão de comunicação que é utilizada como premissa deste trabalho. Posteriormente, analiso a importância e o papel da confiança nos processos sociais. Por fim, a relação entre confiança e comunicação é evidenciada para explicar a hipótese da confiança como uma figura epistemológica da comunicação.

A comunicação enquanto processo de vinculação social

As discussões sobre o objeto de estudo da comunicação e as demais delimitações desta ciência não são novas e possuem diversas propostas. José Luiz Braga (2011), por exemplo, em um artigo originalmente publicado em 2001 e atualizado para republicação dez anos depois, a partir da análise de algumas possibilidades de compreensão do objeto de estudo da comunicação, propõe que esse campo de estudo teria como objeto característico a “interação social”, que também pode ser enunciada como “interação comunicacional” ou apenas “interação” (Braga, 2011, p. 66).

Braga (2011, p. 66) entende essa interação comunicacional como “processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam diversas ações e objetivos em que se veem engajados [...]”. Essa especificidade da comunicação não significa que as interações não sejam estudadas por outras disciplinas, mas em todas elas a comunicação é tratada como processo que faz funcionar outra atividade, que seria o foco das demais disciplinas; ao contrário, na área da comunicação, os fenômenos seriam observados por um ângulo comunicacional particular, refletindo sobre como são organizados e o que deles decorre (Braga, 2011).

Para Vera Veiga França (2001), a problemática central do campo dos estudos da comunicação parece convergir para as reflexões em torno da produção de sentido:

Em suma, a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade

simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos (França, 2001, p. 16).

Nessa perspectiva, a comunicação é entendida como um processo dinâmico, que institui sentidos e relações nas quais os sujeitos não apenas produzem e trocam conteúdos, mas também assumem papéis e se constituem socialmente (França, 2001).

Essas duas compreensões parecem convergir para os aspectos relacionais dos processos comunicacionais. Percebem a comunicação não como um mero processo de transmissão de mensagens através de instrumentos sociotecnológicos de mediação, embora isso também possa estar presente, mas ampliam o entendimento para a constituição de relações e de sujeitos. Essa forma de compreender a comunicação é uma premissa deste trabalho.

Muniz Sodré (2014), há quase 20 anos, tem buscado construir uma compreensão da ciência da comunicação que me parece correlata aos entendimentos de Braga (2011) e França (2001). Para Sodré (2007), diante da diversidade de fenômenos abarcados pelos estudos de comunicação, a vinculação social parece ser o fenômeno para onde converge o campo.

É o que se divisa no caso da comunicação: a multiplicidade dos fenômenos comunicativos converge reflexivamente para uma identificação teórica da comunicação com o “vínculo” intersubjetivo, seja no nível das operações discursivas para a produção de sentido, seja no nível das formações sociais de controle e gestão do vínculo pelo discurso [...] (Sodré, 2007, p. 20).

A vinculação, diante disso, deve ser entendida em um “nível originário da comunicação” (Sodré, 2015, p. 123). O vínculo é como um elo a partir do qual a realidade, as experiências, os sujeitos são elaborados. Ainda que a mídia possa ser um dos elementos presentes na criação desse elo, sua presença não é um imperativo. Assim, para Sodré, o que caracteriza o processo da comunicação é a instauração desse vínculo, que não é uma coisa ou uma substância, mas uma relação que se constrói, que ele vai chamar de *comum*:

Comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como uma entidade agregada, mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem.

*O sujeito que se comunica é o mesmo ser como “entre”, logo, uma interioridade destinada a uma exterioridade, o **Outro**, a ser entendida antropológica ou psicanalítica-*

mente como uma dimensão imprescindível à instauração do comum (Sodré, 2014, p. 214).

Nessa compreensão proposta por Sodré (2014), o *comum* não é nem um “dentro” (sentimentos, por exemplo) nem um “fora” (como as instituições), mas diz respeito a uma espécie de “vazio”, de “vir a ser”, no qual se constroem os vínculos. O *comum* não é predeterminado, mas construído na relação, no processo de elaboração dos vínculos sociais. É importante considerar, embora não seja o foco deste artigo, como estão presentes nesses processos também os objetos técnicos, que participam da organização dos sentidos. Sinais de trânsito, aparelhos de televisão, cartões de crédito/débito, padrões visuais, smartphones, câmeras, sensores, entre incontáveis outros exemplos, compõem os arranjos dos modos de vida contemporâneos nos quais, inclusive, a confiança é organizada. Assim, os processos de vinculação social não são compostos apenas por aspectos imateriais, como crenças, desejos e valores, mas também por objetos técnicos.

Tomando como referência o pensamento de Martin Buber (2001), que dedicou boa parte de sua obra ao que se pode chamar de uma ontologia da relação, é possível considerar que esse *comum* é anterior ao próprio sujeito, à linguagem e ao sentido – como também defende Sodré (2014). Para Buber (2001), não existe sujeito senão em relação, por isso o vínculo é tão importante como questão de produção subjetiva e, neste caso, também de comunicação, entendendo-a como um processo dinâmico de produção de formas de estar no mundo. Contudo, segundo Buber (2001), não é qualquer tipo de relação que é capaz de constituir o sujeito; é necessário que ela se baseie em uma atitude que o filósofo chama de *Eu-Tu*, fundada em uma reciprocidade, na entrega e na abertura para o outro, e é nesse encontro que se constituem os sujeitos, momento esse que não é dotado de um sentido cognitivo ou mesmo formal, é apenas vivido.

Esse entendimento de sujeito, correlato, cabe ressaltar, à compreensão proposta por Foucault (2010), que o entende como uma forma variável, sendo constituído em conjunto ao mesmo tempo que também faz o conjunto, está presente no pensamento de Sodré (2007), que, a partir de Roberto Esposito, considera que existimos em relação: “não se parte do ‘eu’ ou do ‘não-eu’, mas do ‘com’ constitutivo” (Sodré, 2007, p. 21). O sujeito é, assim, o que se configura na relação à medida que se vincula; ele não existe antes, como algum tipo de essência.

É o conceito de comunidade (e não qualquer entidade “comunitarista”) quem nos diz que ser é estar-junto, é ser-com. A preposição deixa ver o afastamento ou a diferenciação que, entretanto, nos relaciona ou vincula aos outros, entendidos não como sujeitos constituídos, mas

*como uma exterioridade, para a qual se abre originariamente o si mesmo. Para vincular-se, é preciso que cada um perca a si mesmo, que lhe falte o absoluto domínio da subjetividade e da identidade em função da abertura para o outro. A *communitas* a que se refere Esposito não é “o ‘entre’ do ser, mas o ser como ‘entre’” (Sodré, 2007, p. 21).*

Diante disso, para produzir um *comum*, parecem necessários uma predisposição e um interesse pelo outro para se permitir interagir e trocar em suas singularidades e diferenças. Sugiro que essa “abertura para o outro” tenha menos relação com interações nas quais, apenas, “derramam-se” ideias baseadas em crenças e valores inflexíveis sobre o interlocutor e mais com o movimento de estar interessado no modo de ser, sentir e estar no mundo do outro e deixar-se afetar por ele. Tal movimento parece ter relação com a alteridade, entendida aqui como a capacidade de perceber e se colocar no lugar do outro; ou, com César Guimarães e Cristiane Lima (2013), que refletem sobre a ética em Emmanuel Lévinas e a episteme comunicacional, a alteridade parece ter relação com aceitar o outro sem enquadrá-lo em meu ponto de vista ou em meu mundo, uma vez que a comunicação só irá existir na diferença.

Devemos considerar também que o processo de instauração do *comum* não é somente uma experiência pacífica. Para Sodré (2015), o afeto é uma condição originária do vínculo. Sendo assim, pode gerar também discordâncias.

Nós nos juntamos socialmente primeiro por relações de coexistência, de proximidade. Estar simplesmente junto ainda que se odeie. Estar junto e brigar com quem não quer estar junto e fazer guerra. Essa relação, mesmo de força, ainda é afeto. Isso significa que afeto é tudo o que escapa à racionalidade instrumentalizada pelo signo, pela palavra (Sodré, 2015, p. 124).

O entendimento de afeto proposto pelo filósofo norte-americano Brian Massumi (1995) parece concordar com a perspectiva trabalhada aqui. Para ele, o afeto seria caracterizado pela intensidade do momento e teria relação com algo inqualificável e, por isso, difícil de ser apreendido em uma forma conhecida, residindo aí sua potência (Massumi, 1995). O afeto, assim, seria constituído por elementos conhecidos, mas que se tornam inqualificáveis devido aos arranjos nos quais se inserem. Diante disso, parece possível considerar que, dependendo da natureza do afeto envolvido, teremos diferentes experiências de instauração do *comum* e, conseqüentemente, de vinculação social.

Diante do exposto, a comunicação é entendida aqui enquanto processo de vinculação social que se dá por meio da instauração de um *comum*. A confiança, enquanto

elemento sempre presente nas relações, conforme será tratado no próximo item, parece funcionar como uma espécie de reguladora dos processos comunicacionais na medida em que pode contribuir com a “abertura para o outro”, isto é, com a maneira como as relações são estabelecidas.

A confiança

O sociólogo Manuel Castells (2013), ao considerar que a confiança diminuiu na vida em sociedade, reflete sobre como esse é um fenômeno relevante.

A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência (Castells, 2013, p. 07).

De acordo com Simmel (2004), a confiança entre as pessoas é um elemento primordial para a integração da sociedade. Embora o sociólogo alemão focalize em suas análises as relações econômicas, ele considera que, independentemente das trocas envolverem dinheiro, a confiança é sempre necessária. O fazendeiro planta confiando que as condições naturais serão favoráveis ao crescimento de sua plantação; dirigimos nosso carro e acreditamos que o outro não conduzirá seu automóvel em direção ao nosso propositalmente; fazemos nossa refeição em restaurantes e contamos que quem a preparou tomou as medidas de higiene necessárias; entre inúmeras outras relações. Rotineiramente, forjamos uma convicção no outro de modo a suspendermos nosso ceticismo e nos convencemos de que é seguro estabelecer aquela relação.

O sociólogo Anthony Giddens (1991), a partir de Simmel, considera que “a confiança [...] é uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (Giddens, 1991, p. 29). Embora Giddens considere a confiança uma forma de fé, isso não significa que ela seja o mesmo que fé: “A confiança não é o mesmo que fé na credibilidade de uma pessoa ou sistema; ela é o que deriva desta fé. A confiança é precisamente o elo entre fé e crença [...]” (Giddens, 1991, p. 35).

Assim, confiar não é simplesmente acreditar. Acreditar é pressuposto da confiança. Confiar é uma relação entre a ideia em nós e o algo/alguém em que/quem confiamos. A confiança passa a existir no momento em que acreditamos em uma ideia, pessoa, objeto, procedimento. Ao acreditar, expressamos uma conexão entre nossa ideia

de algo e o próprio algo que resulta de razões específicas que nos fazem crer, embora não sejam necessariamente explicáveis (Simmel, 2004). Diante disso, parece possível depreender dois aspectos. Primeiro, pelo menos em alguns casos, a confiança é uma conexão do campo do afeto, tratado anteriormente, isto é, embora composta por elementos conhecidos, é inqualificável. Segundo, é possível considerar também que não se confia sem o outro. Ainda que seja uma confiança em si mesmo, ela presume o outro em algum nível, uma vez que confiamos em nós visando a algo ou tendo algum parâmetro, que advém de percepções construídas nas interações, já que existimos em relação, como foi discutido no item anterior.

Cabe considerar ainda que a noção de confiança com a qual estamos acostumados está fundamentalmente envolvida com as instituições da chamada modernidade. Conforme estudou Simmel (2005), na virada do século XIX para o XX, nas grandes cidades, as pessoas passaram a estabelecer relações não mais restritas geograficamente, nem limitadas a grupos familiares ou círculos de conhecidos, isto é, as relações se tornavam mais amplas, ainda que esse contato fosse marcado pela indiferença e estranheza. Para enfrentar as condições impostas pela cidade grande, foi necessário encontrar formas de tornar as relações mais precisas, objetivas e seguras (Simmel, 2005). Emergiu a necessidade de contratos e instituições capazes de produzir garantias, ou seja, de construir a confiança entre os estranhos.

Para entender a construção da confiança no contexto da chamada modernidade é útil distinguir, como faz Giddens (1991), entre confiança e crença.

A confiança pressupõe consciência das circunstâncias de risco, o que não ocorre com a crença. [...] um indivíduo que não considera alternativas está numa situação de crença, enquanto alguém que reconhece essas alternativas e tenta calcular os riscos assim reconhecidos, engaja-se em confiança (Giddens, 1991, p. 33).

Assim, para Giddens (1991), a confiança funciona como um ato consciente de acreditar em algo a partir da consciência das situações de risco. Confiança e risco estão entrelaçados, devendo existir um equilíbrio entre ambos. A confiança, nesse sentido, parece ser, exatamente, o que surge a partir de certas regras e princípios aceitos/acordados/convencionados, que nos faz sustar, ainda que momentaneamente, as situações que gerariam insegurança para podermos acreditar. Há uma espécie de cálculo do risco que tenta prever os perigos existentes para se construir a confiança. Por exemplo: saltar de paraquedas inclui os perigos inerentes a esta atividade, mas, diante das técnicas e de pessoas conhecidas que já saltaram, é possível calcular os riscos e confiar que pode ser seguro.

Giddens (1991) sugere ainda a existência de duas espécies de confiabilidade. A primeira diz respeito às relações pessoais construídas ao longo do tempo entre as pessoas a partir das quais uma considera que conhece a outra. A segunda espécie, que de acordo com o sociólogo está profundamente ligada às instituições modernas, tem relação com a confiança no que ele chama de sistemas peritos. Os sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 30), isto é, são dinâmicas cujo modo de funcionamento podemos não entender, mas em que confiamos por conta dos conhecimentos e profissionais envolvidos.

A necessidade de sistemas e mecanismos externos, como os sistemas peritos, para garantir a confiança é também sugerida por Francis Fukuyama (1996, p. 43): “[...] pessoas que não confiam umas nas outras acabarão cooperando somente num sistema de regras e regulamentos, que têm de ser negociados, acordados, litigiados, e postos em vigor muitas vezes por meios coercitivos”.

Contudo, defende Fukuyama (1996), a simples existência de leis e contratos para garantir segurança não é suficiente para a estabilidade; são necessárias também obrigações morais e reciprocidade. Fukuyama (1996) considera que é a partir de valores compartilhados que nasce a confiança, valores esses geralmente consolidados pelo costume e pelas tradições, que fazem com que determinada instituição ou procedimento sejam dignos de confiança.

Em um ambiente de perda dos vínculos pessoais, característico da chamada modernidade, a confiança no outro foi garantida através de relações contratuais, a partir da criação de instituições e funções para desempenharem papéis que antes eram realizados sem altos graus de formalização. Esse cenário, que Simmel (2005) descreve para o início da modernidade, parece funcionar ainda hoje. Sendo impossível não lidar com estranhos, criar estratégias de construção da confiança entre eles é fundamental. Instituições como cartórios e objetos como carimbos conferem sentidos a um papel e oferecem garantias e segurança às transações. Diplomas, uniformes e credenciais também são dispositivos largamente utilizados para auxiliar na construção da confiança entre desconhecidos.

O que todos esses estranhos parecem ter em comum? O fato de desempenharem funções e representarem sistemas ou organizações nas quais confiamos, seja por costume ou por julgarmos que funcionem. Estendemos a mão no meio da rua para chamar um táxi mesmo sem saber quem é a pessoa que o conduz por acreditarmos na padronização do veículo. Deixamos prestadores de serviço entrarem em nossa residência por conta das suas credenciais. Dito de outra forma: parece que confiamos em *funções*, não necessariamente em *sujeitos*.

Refiro-me a *sujeitos e funções* inspirado nas duas atitudes que Martin Buber (2001) chama de Eu-Tu e Eu-Isso. Compreendo que a atitude Eu-Tu, conforme abordei no item anterior, baseada na afetação pelo outro, na reciprocidade e na possibilidade de conviver com as diferenças, constitua *sujeitos* que não existem antes da relação. Em contrapartida, a atitude Eu-Isso, que já pressupõe um Eu pronto e anterior à relação, sendo caracterizada pela instauração de uma dinâmica funcional na qual esse Eu está “fechado” em si mesmo, percebendo o outro como um objeto para se atingir um fim, instituiria o que estou chamando de *funções*.

Confiar nos sistemas peritos propostos por Giddens (1991) é como confiar nessas *funções*. As relações podem até envolver pessoas, mas não é nelas que se confia, e sim no que elas representam. Podemos perceber isso no exemplo de uma viagem aérea, que envolve quem conduz o avião, os funcionários de bordo e os que comandam o voo a partir da terra, como os controladores. São pessoas, como eu e você, desempenhando essas funções, e acreditamos nelas sem as conhecer por conta das funções que desempenham. Assim, repito, a confiança aí não parece ser construída entre *sujeitos*, mas entre *funções*. Há uma espécie de percepção funcional do outro que parece prevalecer nessas relações, que são processos de vinculação social elaborados por meio da instituição de um *comum*, no sentido trabalhado no item anterior.

Giddens (1991, p. 91), ao distinguir “ambientes de confiança e de risco” no que chama de “culturas pré-modernas e modernas”, ajuda-nos a pensar como diferentes formas de confiar estão relacionadas a distintos processos de vinculação social.

As culturas pré-modernas, segundo Giddens (1991), possuem um nível baixo de distanciamento tempo-espaco e quatro contextos de confiança que predominam nesse cenário: o sistema de parentesco, que é uma forma de organizar os laços através do tempo e do espaço; as comunidades locais, como um espaço que fornece um meio reconhecível; as cosmologias religiosas, que trazem explicações para os eventos sociais e naturais; e a tradição, que funciona como um meio de organizar o passado e o futuro através de uma rotina que forneça segurança.

Com o desenvolvimento das instituições modernas, esse cenário muda. As relações de confiança passam a se organizar, principalmente, em sistemas peritos. Os contratos, organizados pensando no futuro, passam a ser uma forma de conectar passado e presente. As relações de parentesco “já não são os veículos de laços sociais intensamente organizados através do tempo-espaco” (Giddens, 1991, p. 97), e “o primado do lugar nos cenários pré-modernos tem sido destruído em grande parte pelo desencaixe e pelo distanciamento tempo-espaco” (Giddens, 1991, p. 98). A religião e a tradição também

perdem lugar diante do conhecimento reflexivamente organizado. A racionalização altera o ambiente de risco, como os desastres naturais, que passam a ser medidos e controlados.

Ao abordar o que Giddens (1991) chamou de culturas pré-modernas e modernas, a intenção é evidenciar como diferentes processos de vinculação social, isto é, processos comunicacionais, podem ser instituídos dependendo da forma como a confiança é construída. Ao perceber esses diferentes processos, é importante não fazer juízo de valor, mas notar que a confiança está sempre presente em todas as relações e, dependendo do que se leva em consideração para confiar, distintas dinâmicas podem ser instituídas. Com isso podemos notar como a confiança está atrelada à organização dos processos de vinculação social, mas é necessário aprofundar esse aspecto para pensarmos o papel desempenhado pela confiança nessas dinâmicas.

Uma reguladora da comunicação

A partir do exposto, a confiança pode ser encarada como um tipo de elo entre nossa disposição a acreditar e aquilo em que acreditamos, funcionando, assim, como uma espécie de reguladora do vínculo social que se estabelece. É diante disso que proponho a confiança como uma figura epistemológica da comunicação na medida em que ela pode ser uma forma visível dos processos de constituição dos vínculos sociais que nos permite acompanhá-los, compreendê-los e estudá-los. Não se trata de defender a confiança como a dimensão mais importante da vinculação. A ideia é que, estando a confiança sempre presente e identificável, seja por meio de índices ou outras estratégias², por exemplo, ela pode funcionar como uma forma visível dos processos e arranjos diversos que constituem a experiência social forjada nos processos de vinculação social. Assim, a forma como a confiança é construída pode indicar a natureza do vínculo. Vejamos.

No item anterior foi possível observar a existência de dois arranjos dos processos de vinculação social considerados a partir da confiança. O primeiro organizado em torno da fisicalidade de um lugar, por meio do qual as interações presenciais geram laços que permitem confiar no outro, tal como Giddens (1991) sugeriu que ocorria nas culturas pré-modernas. O segundo caracterizado pelos sistemas peritos, pelos contratos, pela institucionalização

2 As sociedades contemporâneas utilizam diversas estratégias para construir a confiança: padronizações como uniformes; tecnologias como leitores biométricos; índices que propõem a confiança como uma variável mensurável, como o Índice de Confiança do Consumidor, medido pela Fundação Getúlio Vargas; referências e depoimentos em plataformas como *Uber* e *Airbnb*; discursos com número de pessoas que utilizam determinado serviço/produto ou com a trajetória de determinada empresa ou pessoa; entre outras formas.

dos processos, que se mostrou necessário quando as interações ultrapassaram os contextos locais. A utilização de objetos e coisas (carimbos, selos, assinaturas) para outorgar autenticidade e valor aos processos é característica do segundo arranjo.

A influência da confiança nos processos de vinculação social pode também ser percebida, a partir de Fukuyama (1996), na relação entre confiança e hierarquia.

As hierarquias são necessárias porque não se pode confiar em todas as pessoas o tempo todo, não se pode esperar que vivam sempre de acordo com as regras éticas prevalentes e que cumpram sua parte. Em última análise, precisam ser coagidas por regras e sanções explícitas na hipótese de transgredi-las. Isso é verdadeiro tanto na economia quanto na sociedade num sentido mais abrangente [...] (Fukuyama, 1996, p. 40).

Diante disso, parece-me claro como a confiança funciona de modo a regular os processos de vinculação. A partir dessa compreensão e retomando as reflexões do primeiro item, pode-se dizer que a confiança parece cumprir dois papéis na construção do vínculo social: a) ao mesmo tempo que ela contribui com a “abertura para o outro”, uma vez que sem confiar talvez seja difícil, ou impossível, isso acontecer; b) ela também parece surgir na medida em que se constrói um *comum*, ou seja, é elaborada e parece não existir de antemão, talvez não esteja, inclusive, nunca acabada, sempre em processo. Assim, a atitude de “abertura para o outro” tanto requer quanto constrói confiança. É preciso confiar para se relacionar com o outro enquanto *sujeito*, mas durante o processo de instauração do vínculo a confiança pode aumentar ou não, dependendo do *comum* construído. A confiança entre estranhos parece, assim, indiciar o “ritmo” dos processos de vinculação social.

Instaurar o vínculo social, cabe lembrar, diz respeito à experiência de inventar um *comum*, nunca fixo, e cuja partilha e sentido se atualizam na relação, em fluxo, mobilizando e configurando discursos, ações, tecnologias, pessoas, coisas, visões de mundo e modos de vida. É por isso que o *comum* é sempre circunstanciado e está continuamente se atualizando na relação.

Um aspecto essencial da relação entre confiança e processos de vinculação é que toda dinâmica social envolve confiança de alguma maneira, como vimos. No entanto, mesmo com a presença da confiança é possível estabelecer dinâmicas das mais diversas, indo do altruísmo ao interesse próprio, ou mesmo instituir *funções* ou *sujeitos*, conforme indiquei anteriormente. Por isso, repito, é preciso evitar o juízo de valor. Essa questão pode ser percebida na relação que Fukuyama (1996) faz entre cooperação e confiança.

[...] a confiança não é necessária à cooperação: auto-interesse esclarecido, juntamente com mecanismos legais como contratos, podem compensar ausência de confiança e permitir que estranhos criem em conjunto uma organização que trabalhará em prol de um propósito comum (Fukuyama, 1996, p. 41).

Embora Fukuyama (1996) considere que a confiança não seja imprescindível à cooperação, em sua ausência ela é compensada por outros mecanismos, ou seja, a confiança é elaborada de outra maneira. Viver em sociedade implica, como já indiquei, confiar, mas também cooperar, o que não significa algo essencialmente bom. É possível que pessoas se unam para cometer um crime que não poderiam cometer sozinhas, por exemplo. Entendo, assim, a cooperação com Richard Sennett (2012, p. 15) “como uma troca em que as partes se beneficiam” – independentemente de qual será o benefício. Além disso, é fundamental lembrar que as experiências de cooperação podem manifestar-se de várias formas.

[...] A cooperação pode ser associada à competição, como no caso de crianças cooperando no estabelecimento de regras básicas para um jogo em que haverão de competir [...]; na vida adulta, essa mesma combinação de cooperação e competição se manifesta nos mercados econômicos, na política eleitoral e nas negociações diplomáticas. [...] A cooperação pode ser tanto informal quanto formal; as pessoas que batem papo em uma esquina ou bebem em um bar estão fofocando e jogando conversa fora sem pensarem de maneira autorreferencial: “Estou cooperando”. Esse ato vem envolto na experiência do prazer recíproco (Sennett, 2012, p. 15-16).

Diante disso, talvez não seja exagero considerar que toda atividade, ação, fenômeno resulta de inumeráveis experiências de cooperação, tendo em vista que, em algum nível, sempre se precisa do outro. É como vimos no primeiro item: o ser só existe em relação. Essa forma de entender a cooperação parece-me necessária, uma vez que pode ajudar a não fazer juízo de valor e tentar distinguir os processos de vinculação social entre os que envolveriam confiança e os que a dispensariam, quando, na verdade, sempre há confiança de alguma maneira, seja em sua presença ou na necessidade de alguma estratégia para sua construção, não sendo boa ou ruim.

A cooperação entre as pessoas acontece de maneira permanente em nossa sociedade, ainda que não percebamos, uma vez que já internalizamos os pressupostos da cooperação como princípio ou regra para diversas relações, como podemos perceber nos exemplos citados por Sennett (2012). Com a confiança acontece algo análogo: de tão presente e necessária em todas as relações, também

já internalizamos certas regras e dinâmicas que nos fazem acreditar. É nesse tipo de vínculo presente nas interações corriqueiras e quase automáticas que geralmente se instituem as *funções* sociais indicadas anteriormente.

Contudo, o simples fato da ação ser pouco ou não refletida não garante que sejam instituídas *funções*. É possível que, mesmo depois de incontáveis vivências (como um professor ministrando a mesma disciplina ao longo de anos), a pessoa continue aberta às experiências com o outro e disposta a lidar com a diferença para constituir sujeitos, como vimos no primeiro item.

Compreender a confiança como uma figura epistemológica da comunicação tem relação com seu papel na constituição e na legitimação de modos de ser, como discuti até aqui, mas também na elaboração de modos de conhecer, como veremos agora.

Christian Sade, Gustavo Cruz Ferraz e Jerusa Machado Rocha (2013), ao se dedicarem ao estudo dos processos de produção social de subjetividade, defendem que confiar implica uma experiência compartilhada: “[...] confiança – con fiar – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem” (Sade; Ferraz; Rocha, 2013, p. 283).

Essa experiência compartilhada, conforme abordei anteriormente, de acordo com Sade, Ferraz e Rocha (2013), amplia nossa potência de agir ao criar (ou permitir) outras conexões com a diferença e aumenta as possibilidades do que pode vir a acontecer. Assim, passamos a ter em nós a “abertura para o outro” já indicada algumas vezes. Contudo, a confiança, na concepção desses pesquisadores, tem menos relação com acreditar em um resultado específico e mais com se permitir as possibilidades de criar, afetar e ser afetado, que, em última análise, é o que constitui a experiência da comunicação na perspectiva adotada aqui.

Confiar na potência de um encontro não se confunde com a ideia de completude, identidade ou convergência de interesses e finalidades. Não se trata de confiar em um resultado específico. As alianças fundadas na confiança não se sustentam na identidade de um estado de coisas ou de representações de um futuro, mas em zonas de indeterminação que nos lançam em trajetórias inventivas (Sade; Ferraz; Rocha, 2013, p. 284).

Assim, a confiança é entendida como uma condição de criação de realidades e de produção de sentido para a experiência social a partir da qual se percebem outras formas de ser, fazer e conhecer, sem a qual tais possibilidades de criação seriam reduzidas. Para Sade, Ferraz e Rocha (2013, p. 285), “uma crise de confiança implica o desligamento dos vínculos, uma atitude de inércia e algo como ‘a morte da sensibilidade’”. Dessa forma, a perda de confiança poderia deixar as pessoas, as coisas, as relações

sem significado, de modo que nada mais afetaria o ser. É por isso que Sade, Ferraz e Rocha (2013) sugerem que a confiança é o que nos liga ao mundo.

Essa compreensão da confiança como o que nos induz à criação e à conexão com a diferença mostra a confiança como uma figura fundamental no processo de construção do conhecimento e da experiência.

Nas pesquisas com humanos, a relação com a recalitrância não é apenas uma questão epistemológica, relativa aos modos de conhecer, mas também ética, relativa ao reconhecimento e valorização da experiência do outro. [...] Para que a recalitrância não seja vivida como ruptura ou quebra da relação é preciso confiar, qualificando a resistência mais como um vetor de diferenciação, um convite para criar novas possibilidades. O que permite que os atores envolvidos na pesquisa reposicionem um em relação ao outro. A questão da confiança nos permite integrar os dois aspectos, o ético e o epistemológico, apostando, ao mesmo tempo, em novas práticas de conhecimento e novos modos de existir (Sade; Ferraz; Rocha, 2013, p. 289-290).

Assim, a confiança permite estabelecer, quando se trata da pesquisa com pessoas, uma relação lateralizada na qual o pesquisador se deixa afetar e não se coloca como “dono do saber”, permitindo assim a construção de um “plano de experiência comum” capaz de potencializar não somente sua pesquisa, mas propiciando que o campo se expresse de maneira plena (Sade; Ferraz; Rocha, 2013, p. 290).

A partir dessa perspectiva, é possível considerar que a forma de conhecer e elaborar um saber está diretamente ligada à confiança. O papel da confiança na produção do conhecimento tem relação com a condição de “abertura para o outro”, que também é importante na instauração do vínculo social, conforme vimos. Assim, a função que a confiança tem nos processos de construção do conhecimento parece semelhante àquela que é desempenhada por ela nos processos de vinculação social: regular a relação que será constituída.

Diante desse duplo papel da confiança, em regular tanto o ato de conhecer quanto a instauração do vínculo, que caracteriza a comunicação na perspectiva adotada aqui, é que a proponho como uma figura epistemológica da comunicação, tendo em vista que ela irá, nessa perspectiva, tratar da natureza do vínculo que se constitui ao mesmo tempo que poderá indicar a forma de conhecer. A confiança trata, então, também das possibilidades e das condições de conhecer a natureza do processo comunicacional.

Dessa maneira, parece plausível considerar, como tenho feito ao longo deste artigo, a comunicação como

o processo de constituição dos vínculos que organiza os modos de vida, o que implica pensar o processo comunicacional como o próprio processo de constituição de sujeitos. Trata-se, então, de compreender a comunicação como um processo dinâmico no qual os sujeitos se constituem. Diante disso é que a confiança pode ser entendida como uma figura que regula o funcionamento dos processos de vinculação social, ou comunicacional, isto é, de constituição dos sujeitos. Dependendo de como a confiança é construída é que se constituem diferentes sujeitos, ou, se preferirmos, *sujeitos e funções*, como tenho sugerido, entendendo estes como dois extremos das formas de expressão da experiência subjetiva, podendo estar os sujeitos entre essas duas formas de expressão.

Além disso, não podemos perder de vista a compreensão da confiança como o que regula não apenas a instauração do vínculo, mas também a forma de conhecer e legitimar o processo comunicacional. A abertura ao outro influi tanto no sujeito que irá conhecer quanto no que se constitui no processo de vinculação social. Se é nos processos de vinculação que os sujeitos se constituem, isto é, nos processos comunicacionais, uma vez que só existem em relação, o sujeito que irá conhecer é mais um integrante desse processo, que se constitui na medida em que também constrói o fenômeno. Conhecer e fazer são dimensões que parecem estar juntas nessa perspectiva. Assim, a confiança, entendida como figura epistemológica da comunicação, pode indicar esse sujeito de conhecer e fazer, que não existe antes da relação de conhecimento, tornando impossível conhecer sem estar, de alguma forma, implicado no processo.

Assim, a comunicação não trata de *colocar algo em comum*, e sim da experiência de inventar um *comum* nunca fixo e cuja partilha e sentido se atualizam na relação, em processo, mobilizando e configurando práticas, discursos, usos de tecnologias, pessoas, formas de perceber o mundo e de viver.

Considerações finais

Iniciei o artigo apresentando a noção de vinculação social como o que caracterizaria os processos comunicacionais. Em seguida, trabalhei o papel e a importância da confiança nas relações sociais para que a correlação entre vinculação social e confiança ficasse evidente. Após isso, propus a hipótese da confiança como uma figura epistemológica da comunicação.

Estando presente em todas as relações, a confiança foi discutida como uma dimensão primordial da experiência social em geral e comunicacional em particular. Estudar a confiança não é simplesmente saber como se acredita, uma vez que esse acreditar organiza a forma como nos relacionamos e vivemos em sociedade. Por isso é também

importante aproximar essa dimensão do campo dos estudos da comunicação, pois pode auxiliar na compreensão dos sujeitos que são constituídos nos processos de vinculação social.

A hipótese da confiança como uma figura epistemológica da comunicação foi sugerida por dois motivos. Primeiro, devido à percepção de que as diversas formas de construir a confiança parecem indicar diferentes processos de instauração do vínculo social por meio de um *comum*, exatamente o que caracteriza a comunicação na perspectiva que adotei. Segundo, pelo fato da confiança ter também um papel na maneira como o conhecimento se constrói, tendo em vista que, além do seu papel nos processos de vinculação, a forma como a confiança será elaborada pode ainda indicar de que maneira determinado saber se constrói e legítima.

As mudanças nas formas de confiar parecem transformar os modos de vida, assim como as alterações nas maneiras de viver também podem contribuir para outras dinâmicas de construção da confiança. Uma dimensão influencia a outra. Assim, as diversas maneiras de construir e regular a confiança dizem respeito a diferentes formas de vinculação social e, conseqüentemente, de comunicação.

Referências

- BRAGA, J.L. 2011. Constituição do campo da comunicação. *Verso e Reverso*, **XXV**(58):62-77.
- BUBER, M. 2001. *Eu e Tu*. São Paulo, Centauro, 150 p.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 271 p.
- COSTA, R.B. 2017. *Economia da Confiança: sobre a construção dos vínculos sociais no Airbnb e no Couchsurfing*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 243 p.
- FOUCAULT, M. 2010. A ética do cuidado de si com prática da liberdade. In: M. FOUCAULT, *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 264-287.
- FRANÇA, Vera Veiga. 2001. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? *Ciberlegenda*, **05**:1-19.
- FUKUYAMA, Francis. 1996. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 455 p.
- GIDDENS, Anthony. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 156 p.
- GUIMARÃES, C.; LIMA, C. 2013. Ser-em-Comum: notas para uma aproximação entre a Ética de Lévinas e a Episteme comunicacional. *Revista ECO-Pós*, **16**(1):76-89.
- MASSUMI, B. 1995. The Autonomy of Affect. *Cultural Critique*, **II**(31):83-109.
- SADE, C.; FERRAZ, G.C.; ROCHA, J.M. 2013. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. *Revista Fractal, Rev. Psicol.*, **25**(2):281-298.
- SENNETT, R. 2012. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro, Record, 377 p.
- SIMMEL, G. 2005. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, **11**(2):577-591.
- SIMMEL, G. 2004. *The Philosophy of Money*. London, Routledge, 543 p.
- SODRÉ, Muniz. 2014. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, Vozes, 323 p.
- SODRÉ, Muniz. 2015. A comunicação eletrônica é epistemóloga. Entrevista concedida a Rafael Grohmann. *Revista Parágrafo*, **1**(3):120-127.
- SODRÉ, Muniz. 2007. Sobre a episteme comunicacional. *Revista Matrizes*, **1**(out.):15-26.

Artigo submetido em 07-04-2018
Aceito em 01-11-2018